

Prémio Raul Proença: balanço retrospectivo do mérito e do reconhecimento na profissão de Informação–Documentação (I–D)

Paulo J. S. Barata

Biblioteca Nacional de Portugal

paulobarata2009@gmail.com

Paula Ochôa

Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (CHAM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; Universidade dos Açores

poc.paula@gmail.com

Resumo

O Prémio Raul Proença (PRP) foi instituído, em 1998, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), para distinguir trabalhos realizados no âmbito da Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação. Além de pioneiro, continua a ser o único prémio ou forma institucional de reconhecimento profissional existente em Portugal. Quase duas décadas volvidas, e com base na documentação existente no arquivo da BAD, analisam-se as dinâmicas da sua atribuição, desde a fase de génese e afirmação, aos regulamentos, à edição, à constituição do júri, refletindo sobre a forma como o PRP se foi adaptando, integrando e incorporando as transformações sociais e profissionais que o setor da Informação–Documentação conheceu. Aborda-se ainda o reconhecimento profissional, social e académico do mesmo, contextualizando o seu papel no seio da profissão de Informação–Documentação.

Palavras–chave: Prémio Raul Proença; Prémios profissionais; Reconhecimento profissional; Profissão de Informação–Documentação

Raul Proença Award: retrospective evaluation of merit and recognition in the profession of Information–Documentation (I–D)

Abstract

The Raul Proença Award (PRP) was established in 1998 by the Portuguese Association of Librarians, Archivists and Documentalists (BAD), to distinguish works concerning to Library, Archival and Information Science. Besides pioneer, remains the single award or institutional form of professional recognition in Portugal. Almost two decades after his creation, and based on the existing documentation in the archive of BAD, the dynamics of his attribution are analysed, since the genesis and affirmation phase, to regulations, editions, panels memberships, reflecting how PRP was adapting, integrating and incorporating the social and professionals transformations on the Information–Documentation sector. An approach is also made to the professional, social and academic recognition, contextualizing its role within the Information–Documentation profession.

Key-words: Raul Proença Award; Professional awards; Professional recognition; Information–Documentation profession

O Prémio Raul Proença (PRP) foi instituído, em 1998, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), para distinguir trabalhos realizados no âmbito da Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação. Além de pioneiro, continua a ser o único prémio ou forma institucional de reconhecimento profissional existente em Portugal. Quase duas décadas volvidas sobre a data da sua criação, é tempo de se traçar um balanço do mesmo, perceber o seu impacto e avaliar se ainda continua a fazer sentido como forma de reconhecimento profissional. Usando como fonte de informação privilegiada o arquivo da BAD¹, este artigo visa:

- Analisar as dinâmicas de atribuição do Prémio e o seu reconhecimento profissional, social e académico.
- Contextualizar o papel do Prémio na profissão.

Enquadramento

O PRP tem, de acordo com o seu atual regulamento, como principais objetivos: «estimular a investigação e desenvolver o estudo das qualificações, técnicas e práticas profissionais, bem como da política, dos programas e recursos nacionais de informação e da sua inserção e interação na sociedade». Ainda que a redação da primeira proposta de regulamento referisse apenas «[...] estimular o estudo e investigação [...] nas áreas das Ciências Documentais e da Informação» (v. BAD 862), o primeiro regulamento aprovado do

PRP já tinha idêntica formulação (*ibidem*) que se manteve inalterada até ao presente. Com ele, a BAD almeja ainda que os trabalhos constituam «uma preciosa ajuda para as bibliotecas e os arquivos portugueses melhor definirem os caminhos que terão de percorrer no século XXI e para os respetivos profissionais se posicionarem como atores de primeiro plano na Sociedade de Informação» (PRP, *site* da BAD).

Sistematizando, os objetivos eram e são ambiciosos:

- estimular a investigação;
- melhorar as qualificações profissionais;
- melhorar as técnicas profissionais;
- melhorar as práticas profissionais;
- apoiar as bibliotecas e os arquivos;
- ajudar a definir políticas e recursos;
- elevar o estatuto dos profissionais.

Para a designação do prémio surgiu «natural e pacificamente» a figura de Raul Proença, «cidadão vertical e vulto da cultura portuguesa [...], destacado bibliotecário, perfilhando conceções modernas, inovador no seu tempo e cuja atividade mereceu mesmo reconhecimento internacional», como refere António Pina Falcão na nota prévia ao primeiro regulamento, publicado pela BAD, em 1998 (p. 6).

O prémio tinha um valor de 500.000\$00, depois 2500€, sendo subvencionado pelo então Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), a partir de 2007, pela Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas, e, desde 2012, pela Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

Génese e afirmação de um Prémio

A ideia de criação de um prémio foi ventilada a 29 de junho de 1997 numa reunião entre as direções da BAD e do IPLB, presidido por Teresa Gil, e oficialmente apresentado a esta última entidade a 17 de novembro desse ano (of.º BAD, ref.ª 521/CF/97). No referido ofício afirmava-se perentoriamente que o PRP visava «[...] distinguir o melhor trabalho escrito em língua portuguesa, de entre os elaborados pela comunidade portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, no âmbito da sua atividade de investigação na área das Ciências Documentais e da Difusão do Livro e da Leitura», sendo entendido como um «incentivo, que pensamos ser indispensável ao aumento da produção intelectual e de investigação [...]», entre nós «[...] infeliz e inexplicavelmente escassa», sublinhava-se.

A primeira proposta era de que o prémio se cifraria em 750.000\$00, havendo uma estimativa de custos de 1.661.000\$00 para todo o processo a montante da atribuição, que contemplaria: despesas de divulgação, tais como folhetos de divulgação, *mailing*, anúncios na imprensa, e remuneração do júri – o que na prática nunca se efetivou –, propondo-se que o IPLB financiasse cerca de 1.000.000\$00 e a BAD o restante (of.º BAD, ref.ª 521/CF/97, 17 nov.). A confirmação do apoio do IPBL viria através de ofício de 16 de abril de 1998 (IPLB, ref.ª 0964), ficando estabelecida uma dotação global de 750.000\$00. Porém, na prática, e pelos protocolos celebrados posteriormente, o IPLB e os organismos que lhe sucederam nas atribuições apenas viriam a financiar o montante estrito prémio, ou seja, 2500€.

Obtido o financiamento, a sessão de apresentação do PRP fez-se finalmente a 22 de setembro de 1998 no auditório da Biblioteca Nacional, com uma conferência sobre a figura tutelar do Prémio, intitulada: «Raul Proença ou o orgulho de ser bibliotecário», da autoria do historiador António Reis², e contando e com a presença de António Pedro Proença de Mesquita, neto de Raul Proença.

A primeira referência oficial ao PRP surge no *Plano de atividades para 1998* da BAD em que, integrado no conjunto de iniciativas que visavam comemorar os 25 anos da Associação, se refere: «instituição do Prémio Raul Proença, para distinguir anualmente o melhor trabalho realizado no âmbito da Biblioteconomia, da Arquivística e da Ciência da Informação». A partir daí surge quase sempre – com uma única exceção, o *Relatório de atividade de 2003* – nos instrumentos de gestão da Associação – relatórios e planos de atividades – na maioria dos quais constituindo inclusive um item autónomo.

Os primeiros anos foram de afirmação do PRP no seio da profissão. Depois do primeiro trabalho premiado, no *Relatório de atividades de 1999* lamenta-se que «[...] apesar de a Associação ter sido contactada sobre aspetos do Regulamento, não surgiram candidatos ao prémio para 1999», razão pela qual se propunha, no *Plano de atividades para 2000*, «dinamizar o concurso ao Prémio Raul Proença lançando nova campanha promocional», o que terá surtido algum efeito, pois no *Relatório de atividades de 2000* assinala-se: «respondendo à campanha de divulgação do Prémio, foram recebidos dois trabalhos que serão analisados pelo júri de avaliação, a nomear para o efeito, conforme previsto no Regulamento do Concurso». No ano seguinte, a BAD prossegue os seus esforços no sentido de afirmar o PRP, referindo-se no *Plano de atividades para 2001*: «é pressuposto continuar a campanha de divulgação do Prémio a fim de dinamizar a participação de mais concorrentes e assim se cumprir o objetivo para que foi criado – estimular o estudo e a investigação no âmbito da Biblioteconomia, da Arquivística e da Ciência da Informação», salientando-se, no *Relatório de atividades* desse ano, que «[...] foram recebidos alguns trabalhos o que é a prova de que iniciativa continua a ter aceitação e a corresponder aos

objetivos da sua criação», salientando-se «aguardar-se com a melhor expectativa a atribuição do Prémio Raul Proença 2001».

A atribuição do prémio de 2001 a uma adaptação de uma dissertação de mestrado ultrapassando uma redação do regulamento ambígua e que suscitava dúvidas sobre se os trabalhos académicos configuravam quebra de «ineditismo» por terem provas públicas marca definitivamente uma nova etapa na vida do PRP, a partir da qual o prémio se afirma de forma consistente na profissão, mercê da abertura à candidatura ao mesmo de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, reflexo da procura que o ensino superior registava entre os profissionais. A exclusão das dissertações académicas do conceito dúbio de «leitura pública», numa decisão não isenta de alguma controvérsia, levou depois à própria erradicação daquela expressão do regulamento do Prémio e a considerar que só não seriam inéditos os trabalhos alvo de edição comercial. O que demonstra pragmatismo por manifestamente não haver muitos profissionais a «escrever» fora da academia ou especificamente para o PRP, pelo menos trabalhos de natureza monográfica e de algum fôlego. Saliente-se, por exemplo, que, entre 1998 e 2000, o PRP foi consecutivamente publicitado nalguns dos principais jornais portugueses – normalmente três, no máximo quatro, por ano –, designadamente: *Público*, *Expresso*, *Jornal de Letras*, *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, havendo ainda *press releases* para estes e para: *Lusa*, *Correio da Manhã*, *24 Horas*, *Semanário*, *Visão*, e *O Independente*. O que implicava despesas avultadas e que financeiramente se chegaram a aproximar do próprio valor do Prémio, sem resultados visíveis no número de trabalhos apresentados. A divulgação do Prémio na imprensa foi-se depois reduzindo substancialmente e/ou deixou mesmo de acontecer por se ter alargado de forma natural o âmbito dos trabalhos suscetíveis de candidatura ao Prémio e por este ter ganho visibilidade entre os profissionais.

Recorde-se, a este propósito, que a formulação do ponto 3.1 do regulamento de 1998, ao referir: «os textos apresentados a concurso devem ser inéditos, considerando-se inédito o texto não editado ou submetido a leitura pública [...]», nos parece um decalque de textos de regulamentos de prémios literários. A expressão «leitura pública», equívoca e ambígua, e ali emparelhada com a «edição», parece querer colocar em antinomia texto publicado e texto dito, realidades características de algumas expressões literárias, mas distantes de realidades técnico-profissionais, como as que o PRP visa distinguir. Por extensão, a expressão instalaria a dúvida sobre se a «defesa» das dissertações de mestrado e das teses de doutoramento, por terem «provas públicas», se enquadravam no conceito de «leitura pública». Aliás, a este propósito, há um curioso *lapsus linguae*, num ofício da BAD para o IPLB, quando se afirma: «por lapso, no ofício n.º 521 desta Associação, fez-se referência, em dois momentos, ao “Prémio Literário Raul Proença” quando se pretendia

referir “Prémio Raul Proença”, conforme consta na proposta de Regulamento» (ref.^a 533/CF/97, de 24 nov. 1997).

Para se perceber a importância desta abertura, registre-se que dos 12 prémios atribuídos, 11 foram-no a trabalhos académicos *lato sensu*: 7 dissertações de mestrado, 2 teses de doutoramento, 2 outros trabalhos de natureza académica. Apenas um dos trabalhos premiados foi atribuído a um trabalho enquadrável na categoria de trabalho técnico.

A edição do Prémio

Relativamente à edição do trabalho premiado, nos termos do primeiro regulamento, era assumida perentoriamente a sua publicação: «o trabalho galardoado será publicado pela BAD [...]. A Associação publicará o trabalho nos “Cadernos BAD” com o devido destaque, ou procurará os meios necessários à elaboração de uma monografia [...]». Redação que veio a ser modalizada posteriormente para: «a BAD reserva-se o direito de edição do trabalho galardoado, diretamente ou por meio de diligências junto de editoras comerciais», e mais tarde, em 2008, alargando o tipo de parcerias, passando de «editoras comerciais» para «entidades»: «a BAD reserva-se o direito de edição do trabalho galardoado, diretamente ou através de acordo com outras entidades», descartando-se igualmente a menção à publicação nos *Cadernos BAD*, por se entender tacitamente, o que a prática veio confirmar, que o trabalho vencedor do Prémio seria sempre de natureza monográfica, entendimento que ainda se mantém.

O primeiro trabalho premiado³, em 1998, fora publicado ainda nesse ano pela editora Afrontamento e o segundo, em 2001, estava em vias de o ser pela Biblioteca Nacional, o que vem efetivamente a acontecer em 2003. Quanto ao terceiro, atribuído em 2002, afirmava-se, no *Plano de atividades para 2003*, o propósito de «publicação do Prémio Raul Proença 2002 [...]», o que, «a concretizar-se, será a primeira vez que a Associação irá editar um trabalho premiado» (v. Quadro 1). Isso virá, de facto, a materializar-se, com a edição daquele a integrar já a nova linha gráfica da Associação, que pretendia conferir coerência aos produtos editoriais e aos suportes de comunicação e de informação», e «[...] a que deverão obedecer todos os prémios a publicar futuramente» (*Plano de atividades para 2002*).

A edição do Prémio de 2002 inaugura ainda a nova coleção *Essencial BAD*, de que sairá apenas um único número, com a qual se pretendia divulgar «[...] textos com uma vocação de apoio prático ao exercício de funções de bibliotecários e arquivistas» (*Relatório de atividades de 2003*). O *Plano de atividades para 2004* já só refere que se pretende editar o PRP de 2002, não havendo qualquer referência à sua divulgação, fazendo antever que, desse ponto de vista, o Prémio estaria já «maduro» e suficientemente consolidado na profissão. Como, aliás, o demonstram os números de trabalhos candidatos: entre 1998 e

2003, ou seja, em seis edições, a média foi de 1,3 trabalhos por edição, houve dois anos (1999 e 2003) sem candidaturas, e outros dois com apenas uma candidatura. E só num ano (2001) teve quatro. Nos 11 anos seguintes, entre 2004 e 2014, a média foi de 6 trabalhos por edição, nunca mais houve um ano sem candidaturas e em dois anos registaram-se números recorde: 12, em 2009, e 15, em 2012, em boa parte resultado da revisão do regulamento efetuada em 2008 (v. Quadro 1).

O prémio de 2004 também viria a ser publicado pelo ISCTE, em 2007; o de 2006, em 2008, numa edição conjunta do CETAC-Media e da Afrontamento; o de 2008, cuja edição a BAD pretendia assumir, só não virá a ser publicado porque a autora não aceitou as recomendações do júri com vista à edição; o de 2007 será publicado em 2009 pela Colibri; e o de 2011⁴ será publicado em 2013 pelo INA (v. também Quadro 1).

Note-se ainda que só por uma vez (2002) a BAD assumiu integralmente a edição do mesmo, nas restantes associou-se à edição através da aquisição de um número convencionado de exemplares que depois revende a associados e não-associados.

É provável que no futuro a BAD venha a ter de considerar novas modalidades de edição, como o *crowdfunding* editorial, ou a equacionar a publicação dos trabalhos premiados em formato de *e-book*, o que já foi mesmo aventado no *Plano de atividades de 2015*, ao afirmar-se: «O CDN deverá estudar e tomar opções técnicas e financeiramente sustentáveis para iniciar uma ou mais coleções de *e-books*. Esta é uma necessidade que tem vindo a fazer-se sentir de forma crescente, por exemplo, graças às atividades de tradução de documentos internacionais pelos grupos de trabalho ou pela expectativa criada nos autores na publicação das obras vencedoras do Prémio Raul Proença» (p. 28), o que é reiterado em idênticos termos no *Plano de atividades para 2016* (p. 27).

Os regulamentos do Prémio

Ao atravessar quase duas décadas, o Prémio testemunhou e refletiu as transformações sociais e profissionais que o setor da Informação-Documentação foi conhecendo. Parte dessas transformações foram sendo refletidas nas respetivas alterações aos regulamentos.

A primeira alteração dá-se em 2008. O *Plano de atividades para 2008* afirma como objetivo: a «revisão do Regulamento do Prémio, tendo em vista a apresentação a concurso de um número mais dilatado de trabalhos». Essa revisão, que basicamente consagra a aceitação a concurso de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento, abrindo também a possibilidade de participação a candidatos de nacionalidade não portuguesa, mas residentes em Portugal há pelo menos três anos (cfr. *Relatório de atividades de 2008*,

p. 9–10), será efetivamente levada a cabo, mas desde logo se percebe ter ficado porventura aquém do desejável.

Logo no ano seguinte, no *Plano de atividades para 2009*, refere-se como objetivo: efetuar a «[...] a análise do impacto da última revisão do [regulamento do] Prémio Raul Proença (de 2008, com efeitos a partir da edição de 2009), e tomadas eventuais medidas de aperfeiçoamento e harmonização com o atual contexto nacional da investigação em Ciências da Informação e Documentação». O que é reforçado no *Relatório de atividades de 2010*, quando se mencionam as sete exclusões dos 12 trabalhos apresentados, salientando-se: «foi entendimento do júri da edição de 2009 que o regulamento do Prémio Raul Proença carece de nova atualização, sendo a elevada percentagem de trabalhos excluídos uma manifestação clara dessa necessidade. A abertura do prémio a teses de mestrado e doutoramento já defendidas, se por um lado foi a forma que pareceu possível para garantir a receção de candidaturas de trabalhos numa área em que a investigação fora do circuito das provas académicas é incipiente, por outro veio tornar praticamente incomportável a manutenção de exigência de anonimato e de ineditismo, já que a disponibilização das teses em repositórios universitários é uma prática cada vez mais comum» (p. 13). Registe-se, aliás, que os repositórios apenas amplificaram a visibilidade das dissertações e teses, pois já antes exemplares em papel destas eram depositados nas bibliotecas das respetivas instituições universitárias e, ao abrigo da figura do depósito legal, a partir de 2006, enviados para a Biblioteca Nacional um exemplar em formato papel e outro em suporte digital, ficando assim essa informação nos catálogos eletrónicos e os textos disponíveis para consulta pública, pelo que, de facto, a blindagem absoluta do ineditismo na realidade nunca existiu.

É assim que em 2013, mercê da profusão de repositórios universitários e institucionais, da obrigatoriedade de registo e da publicação/divulgação dos resultados preliminares e intercalares de trabalhos de investigação financiados por entidades públicas, bem como das múltiplas formas de escrutínio possibilitadas pela Internet, se deixa cair o anonimato e o ineditismo, alargando-se o âmbito do Prémio a trabalhos já publicados há menos de dois anos, contados a partir do dia seguinte à data-limite para a entrega da candidatura à edição do prémio em apreço, apenas excecionando os trabalhos submetidos a edições anteriores do Prémio e os trabalhos distinguidos com outros prémios ou menções honrosas. A este alargamento não terão também sido completamente alheias a insuficiência de meios e depois a crise financeira da BAD que limitavam severamente as possibilidades de uma edição própria. Registe-se, a este propósito, que durante muitos anos, atendendo quer à dimensão da profissão, quer sobretudo à exiguidade de quem dentro dela levava a cabo trabalhos de investigação, a questão do anonimato dos trabalhos concorrentes terá sido não raras vezes mera figura de retórica...

O júri do Prémio

O júri do prémio é composto por cinco elementos: o presidente da BAD, que preside, um representante da DGLAB, o vogal editorial da BAD, que secretaria, e dois «[...] profissionais BAD de reconhecido prestígio, nomeados pelo Conselho Técnico da BAD». Na prática, porém, o vogal editorial assume-se como um membro igual aos demais, não se extinguindo na função de secretariado. Deixando de fora os membros por inerência, e o elemento indicado pela DGLAB e pelos seus antecessores, que muitas vezes têm de bisar, constata-se que de entre os membros nomeados pelo Conselho Técnico da BAD há vários elementos que integram o júri por mais do que uma vez, havendo casos de três e mesmo de quatro vezes. Excetuando os anos em que não se registaram candidaturas, e existindo 30 lugares disponíveis para estes dois elementos, apenas 15 elementos diferentes o ocuparam (v. Quadro 1). Uma nota também para o facto de três elementos vencedores do Prémio, num total de seis presenças, terem sido depois cooptados para o júri, o que pode constituir também um impacto positivo do Prémio (v. ainda Quadro 1). Impressionantemente, e carecendo de maior aprofundamento, parece ainda existir na designação destes dois elementos alguma tendência para combinar ou alternar perfis profissionais mais académicos com perfis profissionais mais práticos, garantindo distintas perspetivas de análise.

Refere o regulamento que [...] as decisões do júri são tomadas por maioria dos seus membros presentes e das suas deliberações não cabe qualquer tipo de reclamação ou recurso», mas, por uma vez (2001), o júri, recorrendo ao Conselho Diretivo Nacional, segunda instância de decisão para dúvidas ou omissões, alterou a sua decisão. O mesmo regulamento refere que o prémio é «único e indivisível», não havendo prémios *ex-aequo*. Não obstante, e apesar de não estar expressamente previsto no regulamento, o júri, por duas vezes (2004 e 2012), decidiu atribuir uma menção honrosa. Ambas as situações demonstram plasticidade e capacidade de adaptação a novas situações, em que, respeitando o espírito do regulamento, o júri não fica prisioneiro da letra da regra expressa ou da sua omissão.

No que se refere a prazos, quer de atribuição, quer de entrega, poucas vezes os mesmos foram respeitados, o que tem razões diversas: a protelação da confirmação da verba ou da celebração de protocolo por parte da instituição patrocinadora, o carácter voluntário e supletivo da participação dos membros do júri, a compatibilização de agendas dos cinco elementos que o constituem, e que por vezes têm proveniências geográficas distintas, e mesmo, nalguns casos, o número de trabalhos para avaliar, entre outras situações pontuais e imprevisíveis. Por essa razão, o único prazo que o atual regulamento estabelece é o de indicação do vencedor do prémio: até ao final do ano subsequente ao ano de candidatura.

Além da capacidade de adaptação às novas dinâmicas sociais e profissionais do júri do Prémio, traduzida também nas várias alterações do regulamento, a BAD revela ainda capacidade de autoquestionamento quando, no *Plano de atividades para 2014*, se refere: «O CDN promoverá uma reflexão que se quer aberta e aprofundada sobre o Prémio Raul Proença, integrando-a numa avaliação mais ampla sobre a sua política de atribuição de prémios e galardões. A necessidade de dar cada vez mais visibilidade aos serviços e aos profissionais, a experiência acumulada ao longo dos anos com o Prémio Raul Proença, e a prática de outras associações estrangeiras de profissionais de informação, e mesmo a de associações portuguesas afins, deverão inspirar um debate sobre a consideração de alargar substancialmente o número de prémios e galardões atribuídos anualmente pela BAD. Incluída nesta transformação está também a forma como os prémios são entregues sendo necessário desenvolver todos os esforços para atingir a máxima visibilidade pública e mediática possível» (p. 22). O que efetivamente acaba por não acontecer, numa Associação demasiado preocupada com a sua sobrevivência e assoberbada pela necessidade de geração de receitas e pelo controlo de despesas. A este respeito, e ainda que mantendo esse desejo, no *Plano de atividades para 2015*, formula-se, já pela negativa, essa reflexão adiada: «Em 2015 não deverá ser ainda aquele em que será feita a necessária ampla avaliação sobre a política de atribuição de prémios e galardões da BAD, integrando-a num mais amplo conjunto de atividades de *advocacy*. Regista-se aqui que a questão permanece em agenda e deverá ser abordada no terceiro ano do mandato» (p. 26), o que não vem a acontecer e é mesmo deixada cair no plano de atividades de 2016.

Independentemente da reflexão sobre o PRP, não parece considerar-se institucionalmente o esgotamento do modelo, mas sim a sua complementaridade com outras formas de reconhecimento do mérito, já que se afirma convictamente, no *Plano de atividades para 2016*, a centralidade do PRP como primeiro eixo do reconhecimento político-social: «o reconhecimento dos profissionais pelos seus pares [e] neste âmbito o Prémio Raúl Proença continua a ser um instrumento essencial» (p. 3).

Balanço de um percurso

O Prémio Raul Proença instituído, em 1998, pela BAD, para distinguir trabalhos realizados no âmbito da Biblioteconomia, Arquivística e Ciência da Informação, além de pioneiro, continua a ser o único prémio ou forma institucional de reconhecimento profissional existente em Portugal.

Para além de estimular a investigação, melhorar as qualificações, as técnicas e as práticas profissionais, e apoiar as bibliotecas e os arquivos, o Prémio assume objetivos ainda mais ambiciosos: ajudar a definir políticas e recursos, e elevar o estatuto dos profissionais.

Apesar de alguma dificuldade de afirmação inicial, essencialmente por não existir fora da academia produção intelectual de relevo, pelo menos de trabalhos de natureza monográfica e de algum fôlego, ao alargar o âmbito dos trabalhos candidatos às dissertações de mestrado e às teses de doutoramento, o Prémio afirma-se e consolida-se definitivamente entre a comunidade profissional.

Parece ter existido na origem a ideia de que a dinâmica se iria dar da profissão para o Prémio. A prática veio a demonstrar, porém, que a dinâmica se gerou da academia para o Prémio. E este beneficiou claramente do ambiente socioprofissional, das duas últimas décadas, de procura de qualificação académica – pelas vantagens que daí advinham na progressão nas carreiras, pelo desejo de qualificação/reconhecimento/saber, ou para cumprir requisitos académicos originados pela expansão da formação universitária na área I-D – que levou os profissionais às instituições de ensino superior para realizar mestrados e doutoramentos, promovendo depois o reconhecimento mais alargado de dissertações e teses através da candidatura ao Prémio.

Os trabalhos vencedores adquiriam, assim, por via do Prémio, uma espécie de duplo ou até de triplo reconhecimento. Ao reconhecimento académico somava-se o reconhecimento interpares e até mesmo, por via da publicação dos trabalhos por instituições, editoras comerciais ou parcerias, o reconhecimento público.

A «academização» do Prémio está bem patente nos números: dos 12 prémios atribuídos, 11 foram-no a trabalhos académicos *lato sensu*: 7 a dissertações de mestrado, 2 a teses de doutoramento, 2 a outros trabalhos de natureza académica/produzidos por académicos. Apenas um dos trabalhos premiados foi atribuído a um trabalho enquadrável na categoria de trabalho técnico.

Desses 12 trabalhos premiados, 7 conheceram edição institucional, comercial ou mista. Só por uma vez a BAD assume a expensas próprias a edição do Prémio, nas restantes apenas se associa à mesma através da aquisição de um número convencionado de exemplares. É provável que futuramente a BAD venha a ter de avançar, quer por iniciativa própria, quer em associação com editoras, para novas modalidades de edição, como o *crowdfunding* editorial, por exemplo junto dos sócios ou de outros potenciais interessados que assegurem à partida o financiamento total ou parcial da edição. Ou então, e pelo menos, a considerar o formato de *e-book*, quer para continuar a conferir a importância que o Prémio deve continuar a ter, quer para satisfazer a expectativa criada aos autores das obras vencedoras.

Ao atravessar quase duas décadas, o Prémio testemunha e reflete as transformações sociais e profissionais que o setor da Informação-Documentação conheceu, revelando, através das diversas alterações dos regulamentos, capacidade de adaptação e de

incorporação dessas dinâmicas. E a BAD, enquanto entidade organizadora e dinamizadora do mesmo, revela ainda uma salutar preocupação de autoquestionamento quando percebe a necessidade de uma reflexão sobre o mesmo, integrando-a numa avaliação mais ampla sobre a política de atribuição de prémios e galardões profissionais, aventando a possibilidade de os alargar aos serviços e aos profissionais.

Por último, enfatize-se que independentemente da reflexão sobre a política de prémios e distinções profissionais, a BAD continua a assumir a centralidade do PRP como primeiro eixo do reconhecimento político-social, não parecendo ter-se institucionalmente considerado o esgotamento do modelo, mas sim a sua complementaridade com outras formas de reconhecimento do mérito.

Ano	N.º de trabalhos concorrentes	PRÉMIO				JÚRI				
		Autor premiado	Trabalho premiado	Tipologia do trabalho premiado	Edição do trabalho premiado	Presidente da BAD	Representante de IPLB, DGLB, DGLAB	Vogal editorial	Profissional BAD de reconhecido mérito 1	Profissional BAD de reconhecido mérito 2
1998	1	Fernanda Ribeiro; Armando Malheiro da Silva; Júlio Sousa Ramos; Manuel Real	<i>Arquivística: teoria e prática de uma ciência de informação</i>	Trabalho académico	Afrontamento	António José de Pina Falcão	Dado não apurado	Dado não apurado	Dado não apurado	Dado não apurado
1999	0		Não houve candidaturas							
2000	2		Não foi atribuído por decisão do júri			Maria Ernestina Castro	Fernanda Eunice Figueiredo	Clara Pavão Pereira	A. E. Maia do Amaral	Inês Cordeiro
2001	4	Paulo J. S. Barata	<i>As bibliotecas no Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: alteração de paradigma e mudanças de públicos</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	Biblioteca Nacional	Silvestre Lacerda	Fernanda Eunice Figueiredo	Cecília Henriques	Fernanda M. G. de Campos	Maria Natércia Coimbra
2002	1	Paula Ochôa; Leonor Gaspar Pinto	<i>Aprender a inovar: guia para competência ou desenvolvimento gestão para profissionais de informação e documentação</i>	Trabalho técnico	BAD	António José de Pina Falcão	Margarida Oleiro	Cecília Henriques	Fernanda M. G. de Campos	Maria Natércia Coimbra
2003	0		Não houve candidaturas							
2004	5	Helena Patrício	<i>Análise comparativa do modelo relacional e do formalismo RDF à modelação de dados legislativos</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	ISCTE	António José de Pina Falcão	Margarida Oleiro	Isabel Andrade	Fernanda Ribeiro	Manuel Real
2005	1		Não foi atribuído por decisão do júri			António José de Pina Falcão	Vera Oliveira	Isabel Andrade	Maria Madalena Garcia	Silvestre Lacerda
2006	3	Fernanda Ribeiro	<i>Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferro (1887-1965)</i>	Trabalho académico	CETAC-Media; Afrontamento	António José de Pina Falcão	Filipe Ferreira	Isabel Andrade	Fernanda Maria Guedes de Campos	Maria Madalena Garcia
2007	5	Maria Joaquina Esteves Feijão	<i>O acesso à documentação cartográfica: a situação em Portugal</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)		António José de Pina Falcão	Célia Maria Martins Mexia Heitor	João Carlos de Oliveira	Fernanda Maria Guedes de Campos	Silvestre Lacerda
2008	5	Rafael António	<i>Desafios profissionais da gestão documental</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	Colibri	António José de Pina Falcão	Margarida Oleiro	João Carlos de Oliveira	Fernanda Ribeiro	Cecília Henriques
2009	12	Ana Lúcia Silva Terra	<i>Políticas, mediadores e utilizadores de informação europeia: abordagem diacrónica e comparativa</i>	Trabalho académico (tese de doutoramento)	-	António José de Pina Falcão	Célia Maria Martins Mexia Heitor	João Carlos de Oliveira	José António Calixto	Alexandra Lourenço
2010	1		Não foi atribuído por decisão do júri			Maria Paula Santos	Margarida Oleiro	Henrique Barreto Nunes	José António Calixto	Fernanda Maria Guedes de Campos
2011	5	Sérgio Manuel Pratas	<i>O acesso aos registos e arquivos administrativos na era da Internet</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	INA	Maria Paula Santos	José António Calixto	Henrique Barreto Nunes	Cecília Henriques	Paulo J. S. Barata
2012	15	Maria Silvério Morais	<i>As bibliotecas itinerantes como veículo de aproximação às comunidades de meio rural. O caso da Biblioteca Andarilha de Beja – extensão móvel da Biblioteca Municipal de Beja</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	-	Maria Paula Santos	Alexandra Lourenço	Henrique Barreto Nunes	José António Calixto	Paulo J. S. Barata
2013	6	Tatiana Luena Baptista e Sanches	<i>O contributo da literacia de informação para a pedagogia universitária : um desafio para as bibliotecas académicas</i>	Trabalho académico (tese de doutoramento)	-	Alexandra Lourenço	Pedro Penteado	José António Calixto	Paulo Leitão	Paulo J. S. Barata
2014	8	Sílvia Isabel Pinto Cardoso	<i>Óculos, coque e shhh! Um olhar sobre a auto-imagem e o estereótipo do bibliotecário em Portugal</i>	Trabalho académico (dissertação de mestrado)	-	Alexandra Lourenço	Rosa Midões Domingues	José António Calixto	Carlos Guardado da Silva	Carlos Alberto Lopes

Quadro 1 – Prémio Raul Proença 1998–2014

Fontes

Arquivo da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD)

BAD 862, Prémio Raul Proença 1998–2007

BAD, ofício ref.^a 521/CF/97, 17 nov. 1997.

BAD, ofício ref.^a 533/CF/97, 24 nov. 1997.

IPBL, ofício ref.^a 0964, 16 abr. 1998.

Regulamentos do Prémio Raul Proença.

BAD

Planos de atividades para 1998, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2008, 2009, 2014, 2015, 2016. Os de 2008, 2009, 2014 e 2015 estão disponíveis em:

<http://www.apbad.pt/quemsomos.htm>. Consult.: 24 set. 2016.

Prémio Raul Proença. *In* Site da BAD. Disponível:

http://www.apbad.pt/Edicoes/Edicoes_Premio.htm. Consult.: 24 set. 2016.

Prémio Raul Proença: regulamento. Lisboa: BAD, 1998.

Regulamento do Prémio Raul Proença, 2013. Disponível em:

http://apbad.pt/Downloads/Edicoes/PRP_Regulamento_v2013.pdf. Consult.: 24 set. 2016.

Relatórios de atividades de 1999, 2000, 2001, 2003, 2008, 2010. O de 2008 está disponível em: <http://www.apbad.pt/quemsomos.htm>. Consult.: 24 set. 2016.

¹ Como complemento a esta abordagem eminentemente retrospectiva, os autores têm já em preparação uma segunda, essencialmente prospetiva. Os autores gostariam ainda de agradecer à direção da BAD o acesso à documentação sobre o PRP existente no seu arquivo, ao coordenador do respetivo secretariado, José Correia, e à Dina Laureano, a prontidão e diligência com que responderam aos nossos pedidos. Uma palavra de agradecimento é igualmente devida ao Dr. António Pina Falcão e à Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro que amavelmente acederam a responder-nos a uma questão concreta. Mais se refere que a pesquisa ao arquivo da BAD se circunscreveu apenas ao dossier BAD 862, Prémio Raul Proença 1998–2007, e aos instrumentos de gestão da BAD – planos e relatórios de atividades – entre 1999 e 2016. Uma abordagem mais exaustiva carece da análise de outra documentação existente no arquivo da BAD, designadamente das atas do Conselho Diretivo Nacional, bem como do arquivo do IPLB, DGLB e DGLAB, que se recomenda a quem estiver interessado em aprofundar este tema.

² A este propósito ver: «António Reis: «O magistério da ética». *In* BAD – *Prémio Raul Proença: regulamento.* Lisboa: BAD, 1998, p. 11–13. Publ. também em: *Público. Magazine* (19 maio 1996), p. 25

³ Sobre os trabalhos premiados, v. Quadro 1.

⁴ *O acesso aos registos e arquivos administrativos na era da Internet*, publicado com o título *Transparência do Estado, administração aberta e Internet.*